

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

<b>Forma da iniciativa:</b>	<b>Projeto de Lei</b>
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">638/XIV/2.<sup>a</sup></a>
<b>Proponente/s:</b>	Cinco Deputados do Grupo Parlamentar Partido Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP)
<b>Título:</b>	“Alteração do Estatuto dos Deputados em matéria de suspensão do mandato (14. <sup>a</sup> alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei n.º 7/93, de 1 de março)”
<b>A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 2 do art. 120.º do Regimento e n.º 2 do art. 167.º da Constituição)?</b>	NÃO
<b>O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?</b>	SIM
<b>Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento e n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?</b>	Não parece justificar-se
<b>A iniciativa encontra-se agendada (pela CL ou por arrastamento)?</b>	Sim. O proponente solicitou a sua discussão na generalidade na sessão plenária de dia 20 de janeiro, juntamente com o Projeto de Lei nº 613/XIV/2 <sup>a</sup> (PSD) “Décima quarta alteração ao Estatuto dos Deputados, aprovado pela Lei nº 7/93, de 1 de março”.
<b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>	<b>Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados (14.<sup>a</sup>)</b> , com conexão à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1. <sup>a</sup> ).

**Conclusão:** A apresentação desta iniciativa parece **cumprir** os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.

Data: 11 de janeiro de 2021

A assessora parlamentar, Sónia Milhano